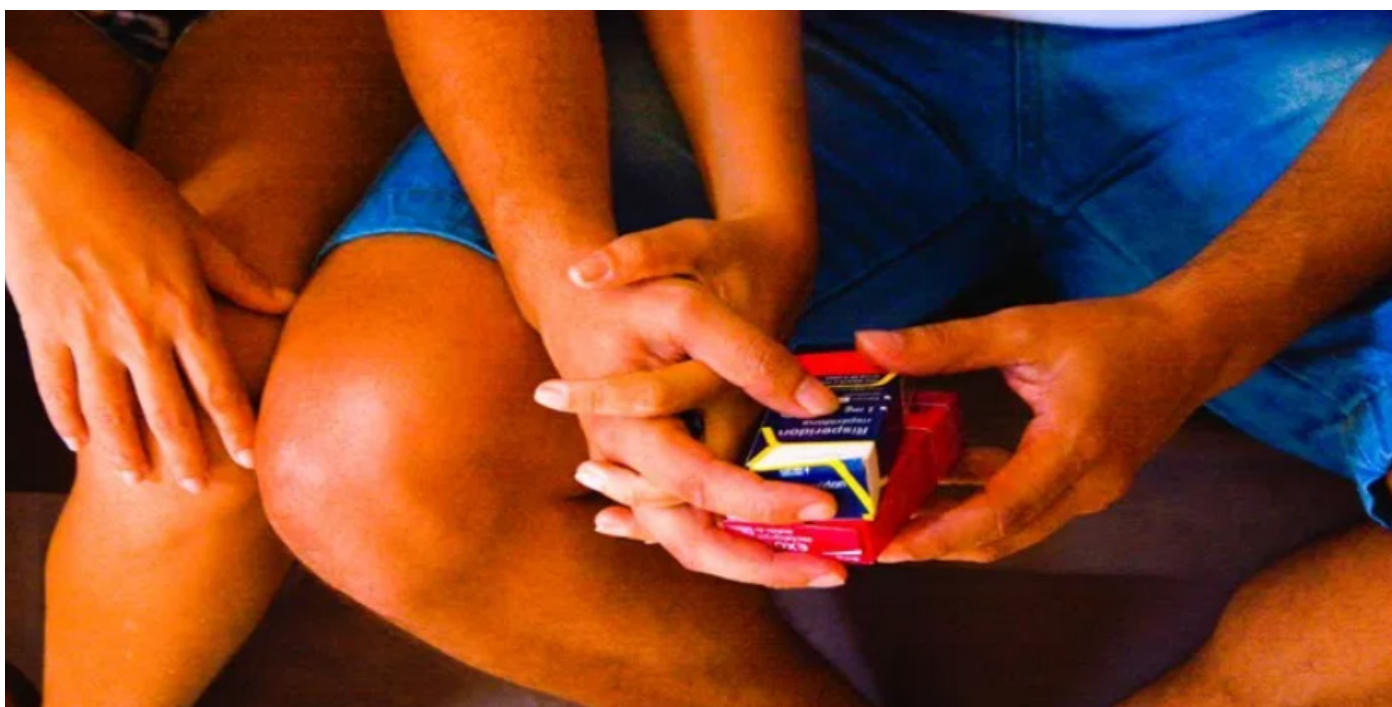




SEGURANÇAS DENUNCIAM FALTA DE APOIO APÓS AÇÕES DE BANDIDOS



Somente este ano, três carros-fortes já foram explodidos na Paraíba, crimes que quase sempre têm alto grau de violência, com uso de armamento pesado e explosivos de alto porte. Para as transportadoras de valores, prejuízos financeiros. Para os profissionais responsáveis pelo tráfego das cifras milionárias, prejuízos psicológicos que, por serem ignorados pelas empresas contratantes, acabam perseguindo o trabalhador por anos.

Professor e pesquisador do curso de Psicologia na Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), o psicólogo Aluizio Lopes avalia

que a saúde mental desses trabalhadores tem sido posta de lado pelas empresas, criando, além de profissionais estressados, indivíduos amedrontados com o cotidiano.

“O estresse pós-traumático é invisível, não deixa marcas no corpo, como um tiro. Mas ele é tão doloroso e difícil de ser tratado quanto. Estes profissionais vivem em estado de ansiedade, que é a reação do corpo ao medo do inesperado, do que pode acontecer naquele dia de trabalho. Quando ele sofre o trauma, esse medo se materializa e acaba por interferir em toda saúde dessa pessoa”.



O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportadores de Valores da Paraíba (Sindesforte) e Diretor da CNTV, Laudivan Gonçalves, conhece de perto estes relatos.

Ele explica que a profissão é estressante em período integral, dado o contexto sufocante da função em contraposição à falta de cuidados com a saúde mental dos trabalhadores.

“Infelizmente as empresas deixam a desejar. Elas não disponibilizam apoio psicológico. Nem mesmo quando existe uma ação específica, como uma explosão a carro-forte, nem no dia a dia. O ideal era que existisse um apoio constante, independente de existir uma explosão a carro-forte, por exemplo. Mas nem quando há uma situação dessas existe apoio”, explicou.

O estresse vivido por estes acontece mesmo depois do expediente, devido as múltiplas faces do crime, que muitas vezes ameaçam não somente o profissional, mas também aqueles que fazem parte do seu cotidiano, como filhos e esposa. Daí a necessidade de se investir no mínimo conforto mental destes trabalhadores.

“A tensão existe durante o serviço e também quando o serviço acaba. Hoje, muitos criminosos estão agindo explodindo os carros-fortes, mas muitos bandidos estudam os profissionais da segurança, buscam saber quem são seus familiares, sequestram filhos, esposas e obrigam esses trabalhadores a desviar os valores. É uma vida cheia de precauções e preocupações. Isso deixa qualquer um deteriorado”, destacou Laudivan Gonçalves.

Ficam os traumas

João Silva (nome fictício) trabalhou por 6 anos como segurança de empresa privada. Parecia um típico dia de serviço, quando o carro-forte em que trabalhava foi abordado por criminosos, que tentaram levar o montante coletado. Para defender o apurado, ele levou dois tiros. Um nas costas e um no braço, sequelas que ficaram não só no corpo, mas também no psicológico.

“Hoje não consigo ver um carro-forte na rua, que saio correndo, me afasto dele. A sensação de medo e insegurança toma conta. Tenho dois filhos e uma esposa, a gente pensa logo neles. Basta um tiro no lugar errado e a gente morre. Já tem 1 ano que estou afastado, fazendo terapia com psicólogo e psiquiatra para poder continuar encarando a vida”, disse.

Além das conversas semanais com o psicólogo e das doses diárias de ansiolíticos, o segurança precisa reordenar a vida, já que estabilidade emocional foi roubada desde que sofreu o atentado.

“Não quero mais trabalhar com isso, porque sinceramente não consigo continuar. Aconteceu comigo uma vez, mas já vi amigos levando tiros, outros ameaçados, outros mortos. Não quero isso para mim, vou precisar dar outro rumo na minha vida, mas por enquanto ta difícil”.

Da empresa que trabalhava, o segurança não conseguiu nada mais que lamento. “Eles não dão ajuda psicológica, infelizmente. Trabalhamos estressados, com medo. Fazemos tudo para fazer um bom trabalho, mas não temos retorno quando mais precisamos”, destacou.

Se fingiu de morto para escapar

Marcelo Dias (nome fictício) também passou por um atentado. Após 9 anos à serviço de uma transportadora de valores, o carro-forte em que trabalhava foi interceptado por criminosos. Para sobreviver, em meio a troca de tiros, precisou se fingir de morto, para que os bandidos não deixassem seus filhos órfãos e sua esposa viúva.

“Deitei no chão e me fingi de morto. Nessa hora a gente só pensa na família. Um dos bandidos chegou perto de mim, com uma AK47, arma de guerra, e deu chutes na minha cabeça. Como não reagi, ele foi embora. Talvez se eu tivesse me mexido eu tivesse levado um tiro na cabeça. Isso tudo deixa a gente abalado”, disse.

Marcelo agora faz tratamento psicológico e psiquiátrico para perder o estado de morte que adquiriu desde que sofreu o atentado. Diariamente toma um conjunto de medicamentos que o permitem encarar o dia a dia mais facilmente. Enquanto prestava serviço, Marcelo doou corpo e alma para executar o trabalho com eficácia. Encarou de frente os anos de uma profissão estressante em período integral. Agora, fragilizado, encontrou portas fechadas e braços cruzados por parte dos seus empregadores.

“O INSS já cortou meu benefício. O gerente da empresa disse que não pode fazer nada por mim. Passei 9 anos da minha vida dedicando minha vida, literalmente, à empresa. E eles dizem que não podem fazer nada por mim. A gente se sente descartado. Tenho filhos, esposa, uma família para manter. Mas os médicos já me consideraram inapto ao serviço. Não sei o que fazer daqui para frente”, disse o sobrevivente.

Após incidente, volta imediata ao trabalho

Somada à falta de assistência psicológica, muitos trabalhadores, após situações traumáticas, são coagidos a retornar de imediato

ao serviço, denuncia o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportadores de Valores da Paraíba (Sindesforte). “Vivemos com o sistema nervoso abalado. Muitos saem dessas situações sem danos físicos, o médico examina, dá três dias de atestado e, quando termina esse tempo, a empresa exige o retorno do trabalhador. Ele volta, porque tem medo de perder o emprego”, disse Laudivan Gonçalves, acrescentando que o Sindicato tem tentado bancar os tratamentos dos profissionais mais afetados.

Na avaliação do psicólogo clínico Aluizio Lopes, ao retornar ao trabalho com saúde mental fragilizada, estes profissionais se tornam ‘bombas relógios’. Isso porque o corpo passa a responder, muitas vezes, em automático, uma espécie de legítima defesa baseada no que já vivenciou.

Ele defendeu maior fiscalização dos órgãos de defesa do trabalhador, já que o descaso com a saúde mental pode gerar um efeito em cadeia irreversível.

Empresas

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Paraíba (Sindesp-PB), através da assessoria de imprensa, disse que acredita na conduta das empresas, no sentido de cumprir a legislação trabalhista, mas que não podia se pronunciar sobre as denúncias feitas, por se tratar de condutas específicas de cada empresa. Informou ainda que, em atendimento ao pedido das empresas, a entidade não se pronuncia sobre os ataques contra carros-fortes ocorridos este ano, na Paraíba.

Fonte: Correio da Paraíba

Bancos investem R\$ 20 bilhões em tecnologia para demitir 16 mil bancários



Cada vez mais presente na vida dos correntistas, o autoatendimento não gerou queda das tarifas; pelo contrário, elas aumentaram 12,5%

JB - A julgar pelos resultados do primeiro trimestre, os cinco maiores bancos do país devem repetir a dose e ostentar, novamente, lucros recordes este ano. Em 2017, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica, Banco do Brasil e Santander levaram, juntos, R\$ 77,4 bilhões para os cofres, 33,5% a mais do que em 2016.

A estratégia é bem antiga: cortar gastos a partir de demissões, fechamento de agências e digitalização das operações, sem repassar a economia ao consumidor final, que continua a pagar tarifas de serviço cada vez mais altas e abusivas, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Só nos primeiros 90 dias deste ano, por exemplo, tarifas de conta corrente renderam R\$ 1,8 bilhão ao maior banco do país, o Itaú Unibanco. Foram R\$ 168 milhões (+10,1%) a mais do que no mesmo período de 2017. Já cobranças pelo uso de cartões de crédito chegaram a R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre. A arrecadação, 6,5% maior que a registrada no início do ano passado se deve às maiores receitas com anuidade, taxa sobre lojistas

e a incorporação da carteira de clientes do Citibank.

O Bradesco não ficou para trás. Nesse início de ano, gerou R\$ 1,7 bilhão com as taxas em contas correntes (9,2%). O banco atribuiu o aumento ao “aprimoramento e expansão do leque de produtos oferecidos aos clientes” — que migraram para pacotes mais caros. Já os cartões de crédito renderam R\$ 2,7 bilhões (4,8%) ao segundo maior banco privado do país. A alta se deve, em boa medida, às “maiores receitas com anuidades, em função do fim do período de isenções de início de relacionamento”.

Apesar da escalada nas receitas de tarifas, os bancos não param de demitir. Fecham, em média, mil postos de trabalho por mês há mais de um ano. Entre janeiro e março de 2018, foram eliminados 2.226 empregos, informou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). No ano passado, foram eliminadas 14.080 vagas em todo o país, totalizando uma diminuição de 16.306 empregos nos últimos 15 meses. O número de agências também diminuiu. Em 2017, o saldo foi de menos 1.314 agências no país.

Rotatividade

Os cortes na folha de pagamento são ainda maiores devido à rotatividade de empregados e a depreciação de salários. “Além da informatização, os bancos demitem para contratar pessoas mais jovens com um salário até um terço menor”, lembra Juvandia Moreira Leite, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). De fato, no primeiro trimestre, a média salarial dos novos funcionários foi de R\$ 4.053, contra uma remuneração média de R\$ 6.614 dos dispensados, uma redução salarial de 38,7%, aponta o Dieese.

O verso da moeda das demissões é a transferência das operações para as mãos dos próprios clientes, via internet. Conforme o JORNAL DO BRASIL noticiou, os bancos vêm investindo pesado em tecnologia digital. Uma pesquisa da Febraban mostra que, só em 2017, foram gastos R\$ 19,5 bilhões para levar os clientes ao online. No agregado dos últimos quatro anos, o investimento bruto foi de R\$ 76,6 bilhões.

Vem dando certo. Só no ano passado o número de transações pelo mobile banking cresceu 37,6%. Somados, telefone celular e plataformas na internet já dão conta da maioria das operações realizadas pelo clientes (58%). Só o Santander, que detém a menor carteira de clientes no clube dos cinco, ganhou 9,1 milhões de novos clientes digitais no primeiro trimestre, uma alta de 32,8% com relação a igual período do ano anterior. O banco espanhol realiza até mesmo contratações de créditos imobiliários integralmente remotas. O Bradesco deve oferecer o mesmo até o final do ano.

Tarifas sobem

Apesar de toda a economia gerada com cortes de pessoal e barateamento da infraestrutura, as tarifas bancárias continuam caras para o cliente e altamente rentáveis para os bancos. O último levantamento anual do Idec sobre preços de serviços bancários, apontou que, dos

58 pacotes de tarifas oferecidos pelos cinco bancos, 50 sofreram reajustes abusivos. O reajuste médio do total de pacotes pesquisados ficou em 12,6%, quatro vezes e meia a inflação do período (2,7%). A Caixa liderou o aumento, com reajustes de até 78% em seu pacote convencional.

Segundo Ione Amorim, economista do Idec, a estratégia da Caixa é aproximar a receita anual com tarifas bancárias daquelas obtidas por Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, todas superiores a R\$ 6,5 bilhões no ano passado. Amorim define a política tarifária do clube dos cinco como um “cartel autônomo”, já que não existe um indicador de correção de preços que leve em conta parâmetros como a inflação e o custo operacional das empresas. Além disso, a resolução do Banco Central dedicada às tarifas bancárias – criada há dez anos e atualizada em 2010 – impõe um período de 180 dias a cada seis meses. Na prática, explica Amorim, isso permite dois reajustes por ano.

“A situação é preocupante há alguns anos. O consumidor tem de se questionar e ser mais criterioso na contratação de serviços”, diz a economista, que sugere enfaticamente a adesão aos pacotes essenciais e a busca por bancos digitais que oferecem transações sem custos.

O RAIO X DOS 5 GRANDES

R\$ 77 bilhões de lucro em 2017

R\$ 1,8 bilhão em tarifas no primeiro tri de 2018

R\$ 19,5 bilhões de investimento em tecnologia digital

15 mil demissões em 2017-2018

1.314 agências fechadas em 2017

38,7% de redução nos salários médios

Fonte: Jornal do Brasil (JB)

Com reforma trabalhista, sindicatos perdem 80% da receita no primeiro trimestre

Para Dieese, fragilização promovida pela “reforma” do governo Temer tem como objetivo barrar a resistência dos trabalhadores na retirada de direitos



Dieese lembra que só através dos sindicatos o trabalhador conseguiu alcançar seus direitos

São Paulo – No primeiro trimestre, as entidades sindicais perderam 80% de suas receitas e arrecadaram R\$ 34,6 milhões. Em igual período de 2017, segundo dados do Ministério do Trabalho, os sindicatos haviam recebido R\$ 170 milhões. De acordo com o Dieese, a queda se dá pela “reforma” trabalhista e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical.

O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, afirma que a contribuição sindical é a coluna vertebral do movimento e a nova legislação fragiliza as entidades. “A partir de agora, com a lei, os trabalhadores não têm mais o imposto descontado e quem quiser contribuir deve fazer individualmente. Isso é visto na Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma medida antissindical, que constrange o trabalhador e pode tirar da base da empresa quem escolher ter vínculo com o

sindicato”, explica, em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, na Rádio Brasil Atual.

Para Clemente, essa fragilização tem como objetivo barrar a resistência dos trabalhadores na retirada de direitos e retrocessos previstos na nova legislação trabalhista promovida pelo governo Temer. Ele acrescenta que o momento exige que o empregado se sindicalize.

“Se o trabalhador não tiver a clareza que o sindicato é seu escudo de proteção, a lei auxilia na quebra dessa coluna. O momento é do trabalhador observar o jogo que o setor empresarial faz e estar junto do sindicato. Se tem alguma crítica à entidade, vai na assembleia ou na diretoria reclamar, mas precisa estar junto ao sindicato”, diz Clemente.

O diretor técnico do Dieese lembra que só por meio da ação dos sindicatos foi possível obter conquistas no passado. “Veja se o trabalhador prefere ganhar o piso da categoria ou o salário mínimo, ou escolher entre a hora extra e adicionais ou o que está na lei. Um estudo do Banco Mundial mostra que os países sem sindicatos fortes são sociedades mais desiguais, ou seja, no mundo todo os sindicatos aumentam o padrão de direitos e de proteção social.”

Fonte: RBA

Para juízes, nova lei trabalhista deve se subordinar à Constituição

Tentativas de obrigar magistrados a interpretar a lei de forma apenas literal são “autoritárias”, aponta resolução de congresso da categoria. Para eles, texto só é válido a partir de 11 de novembro



19º Congresso da Anamatra

A Lei 13.467, de “reforma” da legislação trabalhista, deve ser aplicada de acordo com a Constituição, respeitando também convenções e tratados internacionais, ressaltaram magistrados do Trabalho no encerramento do 19º Congresso da Anamatra, a associação nacional da categoria, sábado (5), em Belo Horizonte. Essa foi uma das resoluções aprovadas no encontro, em que os juízes decidiram ainda que qualquer

norma de acordo coletivo que vise a afastar a Justiça do Trabalho será inconstitucional. Eles reafirmaram que nenhum juiz ser “tolhido” de suas convicções.

Em uma das 103 resoluções aprovadas, de um total de 111, os magistrados afirmam ainda que qualquer “ação política, midiática ou administrativa” que tente obrigar o juiz a interpretar a nova lei de forma “exclusivamente literal” é “autoritária,

antirrepublicana e acintosa, agredindo a independência harmônica” entre os poderes da República. Ainda no entendimento do congresso, a nova lei só pode ser aplicada a partir de 11 de novembro, quando entrou em vigor. O governo defende que os contratos anteriores também se submetam à lei.

No documento aprovado no encerramento do congresso, os magistrados afirmam que “a independência técnica do Juiz é garantia de cidadania e do Estado democrático de Direito, não podendo ser utilizada para barganhar a existência, a subsistência ou a persistência da Justiça do Trabalho”. E alertam que a reforma “trouxe visível precarização das relações de trabalho, conforme índices oficiais já divulgados, referentes ao aumento de desemprego e da informalidade”.

Em uma das palavras, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Mauricio Godinho Delgado afirmar o “pior caminho” seria não aplicar a Constituição e as convenções e declarações internacionais de direitos humanos. “Não podemos ter vergonha de atuar com o Direito. Se ele for um instrumento de segregação, exclusão, discriminação, de separação das pessoas e de abandono de toda a matriz civilizatória constitucional, talvez não seja esse o Direito que nos fez escolher o próprio curso de Direito, nos tornarmos juizes e desempenharmos o papel fundamental que a Justiça do Trabalho exerce no país”, declarou.

Ele afirmou que a Constituição de 1988 tem como base paradigmas de Cartas europeias

elaboradas após a Primeira Guerra Mundial, com princípios humanistas, em contraposição à Constituição norte-americana, liberal. “A Constituição brasileira está focada no bem-estar social.”

Para o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, a crise política que dividiu o país nos últimos anos atingiu também a magistratura. “E, no nosso meio, tornou-se cada vez mais recorrente o mais falacioso dentre todos os nossos derradeiros maniqueísmos: aquele que contrapõe ‘pautas sociais’ e ‘pautas corporativas’”, afirmou na abertura do congresso, dando a própria “reforma” trabalhista como exemplo para contestar críticas feitas aos juizes pela defesa dessa “pauta social”.

“Ao mesmo tempo em que segmentos da imprensa divulgam, em tom festivo, a vertiginosa queda do número de reclamações trabalhistas – cerca de 45% de queda, na comparação entre o primeiro trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2017 –, anunciam-se também o aumento da concentração de renda, do desemprego e da informalidade, com abertura de vagas de trabalho apenas para salários de até dois salários mínimos”, lembrou Feliciano, reagindo àqueles que defendem a diminuição ou até mesmo a extinção da Justiça do Trabalho, ao afirmar que se trata do ramo “mais célere” do país, conforme relatório anual do Poder Judiciário, além ser o mais “capilarizado”, com presença em 624 (11,2%) municípios.

Fonte: Redação RBA

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF